



EDIÇÃO Nº 14
JULHO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/05/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2014

O PATRIARCADO E A LUTA DAS MULHERES

Rosana Monti Henkin¹

PG-UEMS

Resumo: O Patriarcado é um sistema sócio-político-ideológico que divide os gêneros, colocando-os em uma relação hierárquica baseada no controle da sexualidade feminina. Nesse sistema, os homens detêm o poder na maioria do tempo e as mulheres são submissas no que se refere aos espaços decisórios e diante da maioria dos homens. O masculino, nessa perspectiva, é, na maior parte do tempo, mais valorizado do que o feminino, este geralmente percebido como o outro imperfeito daquele. Embora tanto os espaços públicos como privados sejam ocupados por homens e mulheres, os primeiros são percebidos como locus ideal e território masculino, assim como o espaço privado é idealmente percebido como típico das mulheres e relacionado usualmente ao feminino. Tal estado de coisas origina e reforça uma dependência econômica das mulheres que, no decorrer das gerações, gerou uma submissão psicológica que dura até hoje, bem como a legitimação de métodos que a sociedade julgar necessários para o exercício desse poder. Essa situação dificulta o enfrentamento de problemas que surgiram em consequência desse sistema, como por exemplo, a violência contra a mulher.

Palavras-chaves: Patriarcado, Feminismo, Gênero.

Introdução

A maioria dos antropólogos acredita que os seres humanos habitam a terra há mais de dois milhões de anos, sendo que durante três quartos desse tempo as sociedades eram nômades e viviam da caça e da coleta de pequenos animais. Nessas sociedades, os bens adquiridos eram distribuídos pela comunidade e divisão do trabalho era feita entre homens e mulheres sem uma hierarquia, mas de acordo com a necessidade do grupo.

A mulher era considerada um ser sagrado, pois se acreditava que apenas ela era responsável pela preservação da espécie, sendo a procriação identificada com a terra fértil. Essa característica atribuía às mulheres um poder especial, o que se justifica pela precariedade das condições de sobrevivência e imensos riscos de vida que essa sociedade enfrentava. Assim, os homens cuidavam da caça, pesca e da proteção do grupo e as mulheres, da reprodução da espécie (alimentando e cuidando), da coleta de frutos e da transmissão da herança cultural.

¹ Professora de História e Especialista em Gênero e Políticas Públicas

O conhecimento do próprio corpo e dos ciclos da natureza possibilitou às mulheres a invenção da tecnologia que revolucionaria todas as relações a partir de então: a agricultura. Mas foram os homens que, a partir da invenção do arado, sistematizaram as atividades agrícolas, iniciando uma nova era, a era agrária, e com ela a história em que vivemos hoje. (MURARO, 2004)

Há autores que afirmam que a revolução agrícola foi a mais importante da história da humanidade, pois provocou uma transformação nos padrões econômicos, políticos, sociais e culturais. O modo de vida das pessoas alterou-se radicalmente. A sobrevivência dos grupos, que antes dependia da caça e da coleta passou a ser definida pela agricultura e pela criação de animais, o que permitiu às pessoas uma vida mais sedentária, com mais tempo para outras atividades, como por exemplo, a ciência. A organização social, política e econômica transforma-se, desenvolvendo-se o conceito de propriedade privada. É importante destacar que essa transformação aconteceu de forma variada e em diferentes momentos nas diversas civilizações.

Em algum momento do neolítico, o homem começou a dominar a sua função biológica reprodutora, provocando transformações profundas nas relações entre homens e mulheres. O satus masculino elevou-se em detrimento do feminino, pois passaram a ser compreendidos como os semeadores das novas vidas, primordiais no processo de reprodução, enquanto que as mulheres são relegadas ao papel de acolher e alimentar a semente plantada pelos homens (SAFFIOTI, 2001).

A preocupação em preservar a propriedade privada fez com que as sociedades lançassem mão de mecanismos para implantar e preservar o poder dos homens. A instituição do casamento, juntamente com os valores da virgindade e da monogamia cumpriu esse papel, pois a partir daí a sexualidade feminina foi controlada, passando, a mulher, a ser considerada propriedade do homem, com a tarefa de produzir muitos filhos, para garantir força de trabalho suficiente para cuidar da terra. Para isso foi estabelecida uma relação de proteção e submissão do feminino, onde a mulher obedece ao marido, que a protege das guerras e da fome (AUAD, 2003).

Esse contrato sexual apresenta-se muito desigual, já que a proteção significa exploração-dominação. O casamento representa uma troca de promessas, nas quais a parte que oferece proteção é autorizada a determinar a forma como a outra cumprirá sua função no contrato. Assim, o poder político do homem assenta-se no direito sexual ou conjugal, pois a paternidade impõe a maternidade e o direito sexual ou conjugal estabelece-se antes do direito de paternidade. A autoridade política do homem já está garantida bem antes de ele se transformar em pai. (SAFFIOTI, 2004)

O patriarcado, além de fomentar a guerra entre as mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres, pois imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo, desempenhando as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. (SAFFIOTI, 2004)

Assim, as novas sociedades se organizaram a partir da ideologia do patriarcado e da divisão da terra para a agricultura. A lógica desse novo padrão de organização estimulava a necessidade de ampliar a propriedade, fazendo com que alguns grupos dominassem outros grupos, formando as primeiras aldeias, depois as cidades, as cidades-estado, os primeiros Estados e os impérios.

É comum observar episódios históricos nos quais quando um povo conquistava outro, os homens eram eliminados e as mulheres eram preservadas, pois serviam aos propósitos de constituir força de trabalho, reproduzir força de trabalho e prestar serviços sexuais aos homens do povo vitorioso. Note-se que o gênero não é tão somente social, pois dele participa também o corpo, quer como mão-de-obra, quer como objeto sexual, quer, ainda, como reprodutor de seres humanos, cujo destino, se fossem homens, seria participar ativamente da produção, e quando mulheres seria entrar com as três funções na engrenagem descrita.

Dessa forma, fica evidente que o racismo, base do escravismo, nasceu no mesmo momento histórico em que nasceu o sexismo, demonstrando que existe uma estrutura de poder que unifica as ordens de gênero, raça/etnia, classe social. Essa mesma lógica permitiu que os homens fossem os portadores da transmissão dos valores patriarcais como também a extinção do equilíbrio entre os princípios feminino e masculino, que antigamente governavam o mundo.

Como o patriarcado serve a interesses dos grupos/classes dominantes e o sexismo, além de preconceito, é também o poder de agir de acordo com ele, o portador do preconceito (sexismo) está habilitado pela sociedade a tratar legitimamente as pessoas sobre quem recai o preconceito da maneira como as retrata. Dessa forma, a ideologia atinge materialmente o corpo de seus portadores e daqueles sobre quem recai, corporificando-se nos agentes sociais tanto de um pólo quanto de outro da relação de dominação-subordinação. (SAFIOTTI, 2004)

As sociedades regidas pelo do patriarcado e pela propriedade privada, buscaram explicações científicas para justificar a supremacia masculina. É bom lembrar que é comum, após um período de conquistas, parte da riqueza acumulada ser investida na produção científica, como forma de buscar

explicação para os fenômenos da natureza, como também para fortalecer os argumentos da ideologia dominante. Na antiguidade clássica, por exemplo, os filósofos afirmavam que homens e mulheres tinham naturezas diferentes, por isso a função da mulher na sociedade restringia-se ao casamento, para prolongar e transmitir os valores e princípios da família e do patrimônio, por isso deveria ser tutelada e dependente do pai, do marido ou de outro homem.

Na Grécia, o status da mulher foi muito degradado. Enquanto a homossexualidade era prática comum entre os homens, as mulheres ficavam exclusivamente reduzidas às suas funções de mãe, prostituta ou cortesã. Nas cidades gregas, o homem tinha o direito de matar a mulher se a considerasse infiel. Já em Roma, embora durante algum tempo tivessem liberdade sexual, jamais chegaram a ter poder de decisão no Império. (MURARO, 2004)

Já na civilização feudal, os teólogos atribuíam à mulher características de fragilidade, indolência e luxúria, o que justificava a necessidade da proteção e da autoridade masculina. Acreditava-se que a mulher era uma armadilha do demônio, criada por Deus para testar a fé dos homens, e que, portanto para que as mulheres não caíssem em pecado deveriam ser modelos de virtude. Essa idéia se expressa muito bem nas obras de arte desse período, onde a única possibilidade de representação da figura feminina em posição de superioridade está no culto à Virgem Maria.

Durante a idade média a condição das mulheres era bastante confusa, pois “eram jogadas para o domínio público quando havia escassez de homens e voltavam para o domínio privado quando os homens reassumiam o seu lugar na cultura”. Enquanto houve guerras, e, portanto não havia braços masculinos para trabalhar na terra, muitas mulheres administravam feudos e algumas chegaram a frequentar universidades, outras trabalhavam no campo ou na tecelagem e na organização a casa. Além disso, desenvolviam atividades de curadoras e parteiras, com base nos conhecimentos adquiridos desde os tempos mais remotos sobre as plantas medicinais e os ciclos do corpo. Era um saber popular, transmitido de geração a geração, que chegou a formar confrarias para promover a troca conhecimentos.

Quando os homens retornaram das cruzadas, acumulando muitas riquezas, trataram de ocupar seus antigos lugares no mundo do trabalho, do conhecimento, do poder. Investiram nas ciências e nas artes. As Universidades promoveram a divisão entre o saber científico e o saber popular, reprimindo e desvalorizando tudo o que fosse feminino. As mulheres não mais exerceriam papel social relevante. E mais: o saber popular passou a ser considerado bruxaria. (AUAD, 2003)



EDIÇÃO Nº 14

JULHO DE 2014

ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/05/2014

ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2014

A partir do final do século XIV até metade do século XVIII aconteceu em toda a Europa o fenômeno da “*caça as bruxas*”. A prática da feitiçaria era imputada a homens e a mulheres, porém cerca de 85% das execuções foram de mulheres, graças à mentalidade divulgada pela Igreja a respeito da feminilidade. No decorrer desse período os corpos de homens e de mulheres estariam sendo preparados para enfrentar duras jornadas de trabalho do sistema capitalista.

Com as grandes navegações e a colonização da América, África e Ásia, foram criadas as condições necessárias para iniciar o processo de industrialização na Europa, o que provocou novamente alterações nas relações em todo o planeta. Esse processo criou a necessidade de uma força de trabalho excedente para garantir salários baixos aos(as) trabalhadores(as) das fábricas, trouxe a produção para o meio urbano e definiu uma relação de exploração da burguesia sobre o proletariado, caracterizando o modo de produção capitalista.

No início do capitalismo, os filósofos iluministas explicavam a origem das desigualdades entre homens e mulheres por meio de máximas antigas com nova roupagem. Afirmavam que a natureza feminina estaria ligada à intuição e à imaginação, diferente da dos homens, ligada à razão. Por isso, embora a força de trabalho feminina fosse necessária nas fábricas, o salário das mulheres era inferior ao dos homens, considerado acessório, pois se acreditava que toda mulher tinha ao seu lado um homem que a sustentasse. (AUAD, 2003)

Percebe-se, então, que o patriarcado moderno é baseado num contrato que integra a ideologia de gênero, pois é firmado pelos homens e tem como objeto as mulheres, cria o direito político dos homens sobre as mulheres e estabelece acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. Nele, a diferença sexual é convertida em diferença política, exprimindo-se ou em liberdade ou em sujeição e o direito do pai passa a obscurecer as relações, pois interpreta homens e mulheres, na família, primeiro como pais e mães e depois como marido e esposa. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas também o Estado, já que a liberdade civil deriva do direito patriarcal e é por ele limitada. Dessa forma, o patriarcado como forma de expressão do poder, transforma o pessoal em político.

Além disso, na estrutura patriarcal capitalista das ocupações, as mulheres não figuram como trabalhadoras, mas tão-somente como mulheres e a sua exploração econômica faz-se conjuntamente com o controle da sexualidade, dado que o capitalismo se apropriou da desvantagem feminina. Quanto mais



sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram e continuam sendo vítimas. (SAFFIOTI, 2004)

Dessa forma, conclui-se que a sociedade consente que os homens exerçam o poder por ela instituído, mesmo que para tal se utilizem da força física. Como mecanismo de sujeição aos homens, inscrito nas relações de gênero, a violência contra as mulheres prejudica toda a sociedade, pois, além de não permitir relações harmônicas entre homens e mulheres, provoca feridas profundas na alma das mulheres, quando não a morte.

A Resistência

Considerando que nossa sociedade foi forjada nos moldes do patriarcado, é comum que muitas pessoas acreditem que as relações estabelecidas são imutáveis. Entretanto, há muitos séculos as mulheres compreenderam que a resistência é a única forma de enfrentar tal situação, e assim o fizeram, desde os primórdios. Todavia, uma forma organizada de resistência encontra registro apenas nos últimos séculos.

O documento base para todas as lutas por direitos no mundo ocidental não incluiu as mulheres. Trata-se da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, legado importante da Revolução Francesa que é um símbolo da luta pela liberdade e pela igualdade. Essa atitude levou a revolucionária Olympe de Gouges a escrever a "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã", denunciando que a queda da Bastilha não havia rompido os grilhões da opressão de gênero, pois as mulheres participaram da elaboração da revolução e queriam igualmente ter espaço político. O governo revolucionário francês condenou-a à guilhotina por "ter querido ser um Homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo". E para completar a 1ª Constituição francesa colocou a mulher sobre a tutela do pai ou do marido. (AUAD, 2003)

Da mesma forma, mas com outros artifícios, os grupos de operários urbanos e camponeses também não foram contemplados. Assim, o poder conquistado por meio da revolução ficou nas mãos de um grupo restrito da sociedade: os homens de classe economicamente dominante.

Instalado o capitalismo, o movimento operário organizava-se, principalmente em torno das idéias que divulgavam a necessidade da união da classe trabalhadora para fazer a revolução.



Organizando as categorias, foram responsáveis pelo surgimento do movimento sindical em todo o mundo.

Movimentos grevistas por melhores condições de trabalho e salário eram frequentes, pois trabalhadores e trabalhadoras eram explorados até o limite de suas forças. Manifestações organizadas por mulheres aconteceram em vários lugares. Em Nova Iorque, o movimento grevista das operárias da fábrica Cotton, em 1857, ficou conhecido e serviu de base para as celebrações do Dia Internacional da Mulher, bem como o movimento das tecelãs e costureiras de Petrogrado em 1917, o qual impulsionou o início da Revolução Russa.

Assim, o movimento feminista adentra o século XX como ação política, com discurso próprio sobre a luta das mulheres, com publicações sobre desigualdade perante as leis, trabalho, participação política e prostituição, resultando já em 1917 na conquista do direito ao voto para as mulheres da Rússia. (PINTO, 2003)

Como sempre que o Estado necessita, amplia-se o espaço para as mulheres e posteriormente o diminui (Scott, 1990), no período das guerras mundiais houve grande valorização da participação da mulher no mercado de trabalho, já que os homens estavam lutando. Com o fim das guerras, os homens tinham que retomar o espaço no mundo do trabalho, e para isso a ideologia da diferenciação dos papéis por sexo foi retomada. Atribuía-se às mulheres que foram para o mundo do trabalho a responsabilidade pela rebeldia apresentada pela geração jovem, sem considerar os efeitos da Guerra Fria e da bipolaridade política sobre essa geração. O conceito de inferioridade feminina foi reativado, com a roupagem da “rainha do lar”. A indústria precisava vender seus produtos e as donas de casa de classe média precisavam ter todos os eletrodomésticos para facilitar o seu “reinado”.

A Luta das Mulheres no Brasil

Em que pese a resistência das mulheres em todas as épocas, o movimento de mulheres surge de forma organizada apenas no final do século XIX, com características bastante específicas.

No Brasil essa luta surgiu aliada com o movimento de mulheres internacional, porém com características locais específicas. Na virada do século XIX para o século XX até 1932, a fase denominada carinhosamente “feminismo bem comportado” caracteriza-se por ter como protagonistas mulheres



brancas escolarizadas, defendendo as bandeiras das conquistas sociais, do direito de freqüentar escolas e universidades e dos direitos de votar e ser votadas.(PINTO, 2003).

Essas mulheres lançaram e mantiveram uma imprensa feminista, composta de vários jornais que discutiam a questão da mulher, escritos e editados por mulheres, defendendo a instrução como forma de conhecer e exercer direitos, o movimento republicano, a abolição da escravatura, a extensão do direito de voto às mulheres; defenderam a emancipação feminina e a profissionalização das mulheres.

O código eleitoral de 1932, estendeu o direito ao voto às mulheres, resultando na eleição de 8 deputadas estaduais em 1933. Bertha Lutz foi a primeira deputada eleita no país e participou do primeiro Congresso Internacional da Mulher das Nações Unidas, representando o Brasil.

Nessa época, líder quilombola Tereza Bengüela, negra trazida da África, liderou e comandou em Mato Grosso, por 27 anos no Quilombo de Quariterê um grupo de 79 negros e 30 índios. (PEDROSO, 2001)

A segunda fase do feminismo do Brasil, carinhosamente chamado de “mal comportado”, caracteriza-se por ter como protagonistas mulheres operárias, defensoras de um feminismo radical, que discutia além das questões trabalhistas, a conquista dos espaços masculinos de poder. (PINTO, 2003)

No período das guerras mundiais houve a oportunidade de desenvolver a industrialização do Brasil e a classe trabalhadora organizou-se através dos sindicatos, influenciada principalmente pelo marxismo. Essa corrente ideológica entendia que as lutas específicas enfraqueciam o movimento, o que provocou um refluxo do movimento feminista, acentuado a partir de 1937.

Durante esse período, a professora Oliva Enciso se destacava no então Mato Grosso como parlamentar pioneira. Foi a primeira mulher eleita vereadora em Campo Grande, em 1954 e a primeira deputada estadual, em 1958. (PEDROSO, 2001)

No Brasil, o feminismo ressurgiu no enfrentamento ao Regime Militar, principalmente por meio das pessoas exiladas que tiveram contato com essas idéias, e da participação das mulheres nas organizações eclesiais de base, fazendo parte da redemocratização do país. Fazem parte desse momento as primeiras manifestações contra a violência contra a mulher, que, aliado a um movimento mundial, no qual a ONU declarou o ano de 1975 “Ano Internacional da Mulher”, resultou na criação do SOS Mulher no Rio de Janeiro (1980), serviço telefônico de orientações e denúncias; do Conselho Nacional dos



Direitos da Mulher (1984); na implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM / 1985), da primeira delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (1986). (PINTO, 2003)

Em Mato Grosso, nos anos 70 acontecia a articulação pela divisão do Estado, da qual muitas mulheres fizeram parte e após a conquista não foram chamadas a participar do poder. Paralelamente, a líder indígena Marta Guarani, desafiava as tradições das diversas nações indígenas desta região, questionando a desigualdade nas relações entre homens e mulheres e lutando pelos direitos dos povos indígenas. (PEDROSO, 2001)

A partir de 1986, os diversos grupos de mulheres de nosso Estado passam a se encontrar uma vez por ano por sentirem a necessidade de uma maior articulação para uma atuação conjunta a fim de garantir o seu fortalecimento como grupo e de suas lutas. Os encontros eram espaços de troca de experiências e definição de pautas de lutas prioritárias. Os grupos eram formados nos municípios incentivados pelas igrejas locais, pastorais, partidos políticos ou sociedade civil organizada nos clubes de mães.

Com atividade militante e grande influência sobre as organizações que surgiram a seguir, a Associação Mulher e Informação, popularizada como Serviço de Informação Mulher – SIM e o Movimento Popular de Mulheres, ambos de atuação estadual.

O primeiro era composto fundamentalmente por mulheres de classe média, desenvolvendo trabalho de informação, formação, assessoria e pesquisa voltado para mulheres dos bairros da periferia de Campo Grande e do interior do estado e para movimentos populares. Foi grande articulador da elaboração da emenda popular da mulher na Constituição de 1988. Com atuação nas áreas de saúde e sexualidade e direitos da mulher, organizou a 1ª Conferência Estadual de Saúde da Mulher, antes mesmo da Conferência Nacional de 1988. (GOMES, 1995).

O Movimento Popular de Mulheres congregava grupos de mulheres que desenvolviam um trabalho ligado à comunidade. Buscando construir novas relações de gênero, tinha a missão de apoiar e estimular a participação política e cultural de homens e mulheres, visando a sua valorização enquanto cidadãos e cidadãs, enquanto sujeitos de transformação.

Nos anos 90 a forma tradicional do feminismo sofria grande desgaste e inúmeras manifestações antifeministas, o que provocou uma readequação do movimento. Surgem, então muitas ONGs que tratam dos assuntos referentes às mulheres, mesmo sem identidade feminista, porém com as bandeiras de luta



do respeito às diferenças e da necessidade das políticas públicas. É um feminismo difuso, pautado mais na necessidade que na conscientização, que busca a transformação da condição da mulher na sociedade a propõe a rediscussão dos papéis sociais e a valorização do **f**eminino.

Na década de 1980, a pauta da luta das mulheres foi organizada em torno das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero e promoção da saúde das mulheres. Mais recentemente, essas políticas passaram a ser elaboradas e implantadas por meio da criação de organismos governamentais de políticas para as mulheres, ampliando-se para as áreas de trabalho e geração de renda e da educação com igualdade de gênero.

Considerações Finais

Assim, o governo do Estado de Mato Grosso do Sul criou a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher em 1999, que atua através dos eixos de Educação e Cidadania; Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos; Trabalho e Geração de Renda para Mulheres; Enfrentamento à Violência contra a Mulher e Governabilidade em Gênero. Elaborou o Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher. (MATO GROSSO DO SUL, 1999)

No âmbito federal, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, em 2003, que elaborou o Plano Nacional de Políticas para a Mulher. A partir da articulação dessa Secretaria, foram criadas coordenadorias da mulher e similares em mais de cem municípios do país. (BRASIL, 2004)

Evidencia-se, assim, uma vontade e uma compreensão de parte da sociedade no sentido de criar mecanismos que realmente alterem as relações visando à equidade. Partindo de informações que indicam que a pobreza e a miséria do mundo, bem como a violência, estão relacionadas às desigualdades de gênero e que as instituições governamentais e não governamentais precisam se envolver no enfrentamento dessa questão, atualmente compreende-se a educação, enquanto instrumento de transformação da sociedade, como estratégia importante no enfrentamento às desigualdades de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



EDIÇÃO Nº 14
JULHO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/05/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2014

AUAD, Daniela. *Feminismo: que história é essa?* – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

GOMES, Ana Maria. **Movimento Social de Mulheres em Mato Grosso do Sul**. Ver. Cient., UFMS, Campo Grande, MS, 1995.

KRAMER, Heinrich, SPRENGER, J. O Martelo das Feiticeiras. Breve Introdução Histórica *Rose Marie Muraro*, Rosa dos Tempos, 2004.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro)

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. *Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher*. – Campo Grande, 1999.

PEDROSO, Leyde Alves **Mulheres Livres: a participação política das mulheres em Mato Grosso do Sul**. Trabalho de Conclusão do curso de Comunicação Social. UNIDERP, Campo Grande, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência* / Heleieth Iara Bongiovani Saffioti – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente)

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O Poder do Macho*. São Paulo, Editora Moderna, 2001.